

Anais de Almada, 15-16 (2012-2013), pp.

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA OCUPAÇÃO ISLÂMICA DE ALMADA

Maria Inês Raimundo
Vanessa Dias

Arqueólogas

Resumo

Os autores antigos do século XII deixaram-nos nos seus textos descrições de uma rica e próspera cidade construída numa encosta escarpada a sul do rio Tejo. Chamaram-lhe Al-Madan, a fortaleza da mina.

As signatárias pretendem neste artigo conciliar o estudo das fontes escritas com os vestígios arqueológicos conhecidos na actual cidade de Almada, reunindo aqui a informação que contribui para o conhecimento e estudo da sua ocupação em época islâmica.

1. O estudo das fontes

O Castelo de Almada, hoje totalmente descaracterizado, remonta aos tempos de domínio muçulmano nesta encosta escarpada a sul do Tejo (fig.1). Esta região constituiu, também, especialmente em momentos de maior instabilidade, um território de fronteira do Al-Ândalus. Aparentemente, a tomada do território por estes contingentes externos não foi violenta nem opressora, a conversão não foi imposta, promovendo uma convivência pacífica de oligarquias locais¹.

As fontes mais antigas provêm do século XII, e a sua leitura proporciona-nos a análise do território em estudo. O geógrafo árabe Edrici escreve: «Perto do mar tenebroso, a Sul de Lisboa, está a fortaleza da Mina, assim chamada porque o mar quando agitado, deposita na margem pepitas de ouro. No Inverno os habitantes da região dirigem-se para essa fortaleza e, até ao fim da estação, trabalham na extração desse ouro [da areia que o trouxe]. É uma maravilha do mundo»².

Aqui, Almada é referida como a “fortaleza da mina”, revelando a característica de *hisn* que este povo lhe atribui e também o significado do seu topónimo³. *Al-madan*, significa Mina⁴, referência que nos remete para dois contextos diferentes. Primeiro, e como refere Edrici, o significado etimológico do nome desta cidade prender-se-ia com a existência de ouro nas margens do Tejo, empurrado para o sopé deste forte pelas fortes correntes marítimas, levando a que a sua extração fosse das principais atividades económicas durante a presença muçulmana. No que respeita a esta hipótese, e apesar das dificuldades que a investigação arqueológica encontra nesta cidade, os achados conhecidos em nada a suportam. Podendo esta descrição remeter, ainda, para a exploração da Mina da Adiça, no termo do concelho.

Um outro contexto a que esta transcrição se pode referir é à fertilidade e prosperidade agrícola deste território. A suportar esta teoria aparece-nos o relato da Conquista de Lisboa aos Mouros, redigida por um cruzado inglês, também em meados do século XII. Em 1147, Osberno diz-nos «Ao sul do rio fica Almada, região abundante de vinhas, figos e romãs. As searas ali são tam férteis, que da mesma semente recolhem o fruto duas vezes; é rica de mel e celebrada pelas montarias de animais»⁵, revelando a grande variedade de frutos, cereais e outros produtos que constituem uma fertilidade dourada daquelas terras. A veracidade desta abundância é corroborada pelas dezenas de estruturas negativas que foram escavadas nos contextos arqueológicos dos sítios que mais adiante referiremos. Ressalve-se os silos da Rua da Judiaria com uma capacidade de armazenagem de 52 000 quilogramas⁶.

Devemos ter em consideração que estas descrições antigas não passam, muitas das vezes, de exageros literários de forma a glorificar ou mitificar um sítio perante aqueles que o desconhecem, revelando muito pouco ou quase nada da verdadeira realidade destes lugares.

A conquista cristã da “Fortaleza da Mina” ocorre em 1147, aquando da conquista de Lisboa⁷. Aparecem-nos algumas lendas associadas a esta conquista, nomeadamente a de que esta investida

estaria relacionada com a vingança do exército cristão pela morte de alguns cruzados enquanto pescavam nas margens de Almada. Um poema de Ribeiro de Carvalho escrito em 1902, descreve a tomada de Almada como uma lenda, onde uma moura de boas famílias de Almada, aprisionada em Santarém se enamora por um soldado de Afonso Henriques, João Tiago, e guia estas tropas, disfarçados de mouros até ao castelo de Almada. «Assim entraram os muros/ Cristãos que os vão conquistar/ A moira os ia cantando,/ Ao Castelo os vai levar. [...] Quando o sol morria, ao longe/ Afundando-se no mar, / Já a bandeira das Quinas/ Tremulava no Alcaçar. [...] Triunfou ali o amor/ E um reino fez exaltar;/ Que um lutar pelo seu rei/ E a moura por bem amar!»⁸.

Contudo, os motivos para essa conquista parecem ter sido o desejo de recuperar os territórios então perdidos para estas populações oriundas do Oriente, tal como o domínio de um território estratégico, com as condições de defesa naturais e de controlo do Tejo que já anteriormente as populações islâmicas aí tinham visto. Era ainda a garantia da estabilidade da conquista de Lisboa, uma vez que seria bastante perigoso manter aquela fortaleza no outro lado do rio sob controlo muçulmano.

Em 1170, contribuindo para a pacificação e controlo dos territórios conquistados, Afonso Henriques redige a Carta de Segurança e Privilégio aos Mouros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer. Nas décadas que se seguem, Almada assiste a um período de avanços e recuos e de lutas pela conquista e reconquista dos territórios, sendo ela própria palco de diversas batalhas e destruições, como acontece em finais do século XII, quando o seu castelo é totalmente arrasado e fica de novo em domínio cristão, desta feita sob o comando de D. Sancho I, que lhe concede o primeiro Foral⁹.

2. A ocupação do território

Este trabalho, tem como principal objetivo aliar as fontes textuais aqui referidas aos sítios arqueológicos actualmente conhecidos no concelho, tentando entender de que forma a sua cultura material nos pode ajudar a compreender a lógica de ocupação do território, o quotidiano e as pessoas que aqui habitavam na época muçulmana (fig.1).

Um dos sítios em que essa presença é mais notória é na Rua da Judiaria (fig.2). Esta situa-se no centro histórico de Almada, transversal à Rua Henriques Nogueira. A sua escavação decorreu no âmbito de um acompanhamento arqueológico numa área ampla de

quintal, onde se iria erguer um imóvel¹⁰. Entre outras estruturas, foram identificados 26 silos, entulhados de fragmentos cerâmicos, que definiram o seu período de utilização até meados do século XV. A construção da maioria destes depósitos data do século XII, tendo como função primária o armazenamento de alimentos, contendo cerca de 2 000 kg cada um, perfazendo um total 52 000 kg de alimentos¹¹. A escavação permitiu assim identificar o que parece ser um armazém no espaço urbano da cidade da época muçulmana¹², onde, pela capacidade dos silos, abundava a quantidade e a variedade de produtos agrícolas.

O mesmo cenário está presente na Rua Henriques Nogueira. O espaço escavado dentro de um imóvel desta rua, apenas uma casa intervalada dos contextos da Rua da Judiaria, forneceu material islâmico semelhante ao deste sítio. Identificou-se aí um silo desta época e o que parece corresponder a uma estrutura escavada na rocha para o tratamento de curtumes¹³.

Na Travessa Henriques Nogueira, contígua a esta rua, mais uma vez durante a abertura de valas para a renovação da rede de saneamento básico¹⁴, exumaram-se alguns fragmentos de cerâmica islâmica com pintura a branco. Apesar de fora de contexto, demonstra claramente uma ocupação de toda aquela área junto ao castelo em época muçulmana. Ainda neste núcleo, a Rua Rodrigues de Freitas forneceu alguns materiais com a mesma cronologia.

Em Cacilhas, na escavação de um complexo fabril de salga de peixe de época romana também se encontraram materiais datáveis desta época, quando os tanques desta unidade serviram como lixeira¹⁵.

A Quinta dos Castros, já distante desta área urbana e cujo nome já nos parece sugestivo, teria em época islâmica o topónimo de “Alvalade”, que significa, palácio ou lugar habitado e murado. E os silos aí encontrados no decurso da abertura das valas de fundação para implantação de um novo edifício, comprovam essa vertente habitacional, através do variado espólio aí recolhido, balizando a sua ocupação entre os séculos IX e XIII¹⁶.

Dentro desta mesma lógica aparece-nos Murfacém, que significa “barbeiro” em árabe. Este sítio, carece infelizmente, de uma investigação arqueológica mais cuidada, uma vez que o que dele se sabe consiste em lendas e tradições, conhecendo-se a existência de algumas estruturas do tipo silo e cisterna de grandes dimensões. Deste sítio provêm alguns materiais em excelente estado de conservação e que também corroboram a presença islâmica neste território (fig.3).

Temos então o panorama de ocupação de Almada que encontra paralelos nas fontes escritas. Sejam elas relatos extravagantes ou lendas, o que a nós nos interessa são os factos históricos que delas conseguimos extrair.

Encontramos a formação de um núcleo urbanizado em torno da fortaleza de Al-madan. Uma população islamizada que aqui vive o seu quotidiano, desenvolve as suas atividades dentro do comércio e da indústria e explora os territórios agrícolas nas imediações desta medina.

3. Os materiais

«A cerâmica constitui o vestígio mais abundante deixado pelas distintas civilizações desde o Neolítico e tem sido considerada, desde os inícios da investigação arqueológica, como um dos mais importantes indícios para definir cronologicamente uma estação, mas a cerâmica é um reflexo de muitas outras faces de uma cultura: dos seus hábitos alimentares e do quotidiano, a engrenagem económica de uma sociedade, a evolução tecnológica, o imaginário e horizonte simbólico dum povo, e até, a expressão de vontades políticas»¹⁷, apesar de muitas das peças dizerem sobretudo respeito a achados de superfície ou escavações de emergência, as suas características morfológicas permitem-nos retirar algumas conclusões. É pois neste sentido, e tendo por base a cerâmica, testemunho de valor incalculável da evolução material de uma sociedade, que o trabalho de investigação apresentado, procura contribuir para um melhor conhecimento sobre a ocupação islâmica de Almada.

Foram seguidas as grandes categorias funcionais, tendo sido definidas quatro grandes divisões: peças de cozinha; serviço de mesa; peças de armazenamento e transporte e peças de uso específico (lúdico, doméstico, agrícola e iluminação).

Na cerâmica de cozinha foram incluídas: panelas, caçoilas, alguidares (fig.4); na cerâmica de mesa: tigelas, taças, púcaros, jarrinhas, bilhas e copos; na cerâmica de armazenamento: cântaros e potes, e nas peças de uso específico: tampas e candeias. Mas, apesar desta divisão, as categorias funcionais não são estanques, quer com isto dizer que muitas vezes uma jarrinha ou um púcaro utilizados para servir à mesa, podiam aquecer líquidos, prova disso são as inúmeras marcas de fogo que alguns recipientes contêm. E, como as jarrinhas e púcaros muitos outros podiam ter uma duplicidade ou até plurifuncionalidade, servindo estas categorias para facilitar a organização das formas cerâmicas.

As taças eram recipientes com funções idênticas à das tigelas, eram utilizadas para servir condimentos à mesa¹⁸ ou acepipes, como passas de uva ou outros frutos secos. Podiam ainda servir como prato individual¹⁹.

Assim, foram incluídas neste grupo as tigelas, sendo formas abertas que podiam, quando de grandes dimensões, ser utilizadas como travessas para servir comida na mesa, ou então ter uso individual, como prato²⁰.

Dentro do serviço de mesa encontramos um conjunto de objetos utilizados para servir os alimentos no momento de serem consumidos (fig.5), quer seja a nível coletivo como as tigelas ou de consumo individual, como os copos ou tacinhas. São formas de tamanho médio e pequeno com melhor acabamento decorativo.²¹

Tempos depois o bule, utilizado para servir à mesa, podia também ser usado para aquecer líquidos no fogo. Tem um corpo globular, bordo extrovertido e colo indiferenciado, possui uma asa oposta ao vertedor de forma cilíndrica.

As bilhas podiam ter uma dupla funcionalidade sendo utilizadas para armazenar líquidos, e igualmente para servir líquidos à mesa.

As garrafas tinham uma função similar à das bilhas, utilizadas para armazenar líquidos e servir à mesa.

O grupo das peças de armazenamento e transporte é composto por vários tipos de recipientes fechados e alguns objectos de carácter complementar que a eles estão associados (fig.6)²². A sua função era guardar líquidos ou sólidos, sendo sempre peças fechadas, que não permitiam a saída de sólidos ou derramar líquidos com facilidade, especialmente no caso das vasilhas que serviam para o transporte de líquidos, como água ou azeite²³. Por serem usados na conservação de alimentos, algumas destas peças têm uma grande dimensão e uma elevada capacidade ao nível do volume.

O pote servia para armazenar e transportar reservas alimentares, sobretudo conservas, como: compotas, especiarias, sal, mel, azeitonas. Por vezes, podiam ter outros usos culinários. No entanto, a sua função era primordialmente de reserva.

O cântaro é um grande recipiente, de dimensão média/grande que se destinava ao transporte de líquidos, sobretudo água e, por vezes, ao seu armazenamento²⁴.

No grupo das peças de uso específico encontram-se os recipientes utilizados para usos próprios. Entre as formas mais emblemáticas estão as candeias, usadas para iluminação e as tampas, utensílio com a função não só de preservar os alimentos conservados, mas também enquanto estes estão a ser cozinhados.

As tampas são objectos de uso doméstico, com forma variada e que servia para cobrir recipientes fechados e proteger o seu conteúdo, quer seja de talhas, cântaros, bilhas, panelas, caçoilas²⁵ podendo ir ao lume.

Mais do que um sistema decorativo ou estético o tratamento das superfícies é uma técnica funcional (fig.7).

As técnicas de tratamento de superfície observadas são diversas, tendo sido registadas cerâmicas com várias decorações: vidradas, incisas, impressas, plásticas e engobadas, alisadas ou brunidas.

No caso das peças de Almada, as temáticas decorativas desenvolvem-se no bordo, colo, corpo e nas asas de diversos tipos de recipientes, como as panelas, as tampas, as garrafas, as tigelas, os cântaros, as jarrinhas, os púcaros, os copos, os jarros, os pequenos potes e as cantarinhas. Predominam os motivos a branco, sobre as superfícies alaranjadas, a vermelho e a cinzento. A pintura é aplicada em grosseiros traços oblíquos, em séries de dois/três traços ou dedadas, com traços finos, horizontais e verticais horizontais e diagonais, em números de quatro.

Um fragmento recolhido revela uma decoração bicroma, com uma decoração à base de traços de cor negra (óxido de manganês), sobre uma cobertura vítrea de tons melados.

Existem, ainda, dois fragmentos com a aplicação da técnica corda seca recolhidos na Quinta dos Castros.

Os materiais expostos neste trabalho, assemelham-se aos conjuntos cerâmicos desta época do actual território português. Como comprovam os paralelos efetuados ao longo da descrição das formas, com as peças identificadas e recolhidas um pouco por todo o país em contextos almorávidas-almóadas, e com grande destaque para os espaços envolventes, como Lisboa, no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros e no Mandarim Chinês²⁶, na Encosta de Sant'Ana²⁷, na Sé²⁸ e na Alcáçova do Castelo²⁹; em Sintra³⁰; no Castelo de Palmela³¹; em Alcácer do Sal³² e Vila Franca de Xira³³.



Figura 1: Sítios arqueológicos com ocupação islâmica do concelho de Almada. (Google Earth, adaptado):

- Castelo
- 1. Rua da Judiaria
- 2. Rua e Travessa Henriques Nogueira
- 3. Rua Rodrigues Freitas
- 4. Cacilhas
- 5. Ramalha (Quinta de Castros)
- 6. Murfácem



Figura 2: Núcleo arqueológico da Rua da Judiaria, pormenor dos silos. (Arquivo CAA).



Figura 3: Vista de Lisboa a partir de Murfacém (Arquivo CAA).



Figura 4: Cerâmica de cozinha (panela – Quinta de Castros; alguidar – Rua Henriques Nogueira).



Figura 5: Cerâmica de mesa (tigelas – Rua Henriques Nogueira; púcaro – Murfacém; garrafa – Quinta de Castros).

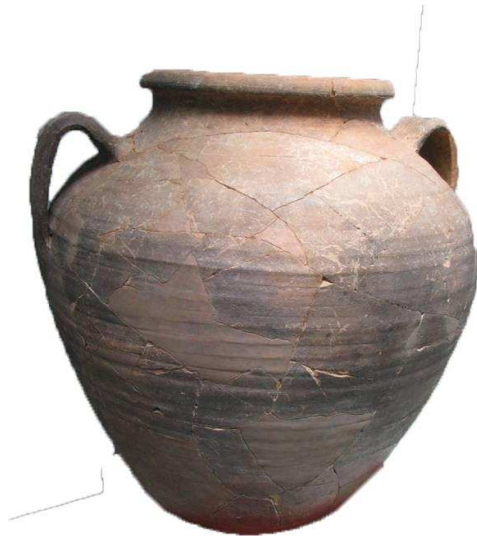


Figura 6: Cerâmica de armazenamento e transporte (pote – Quinta de Castros).

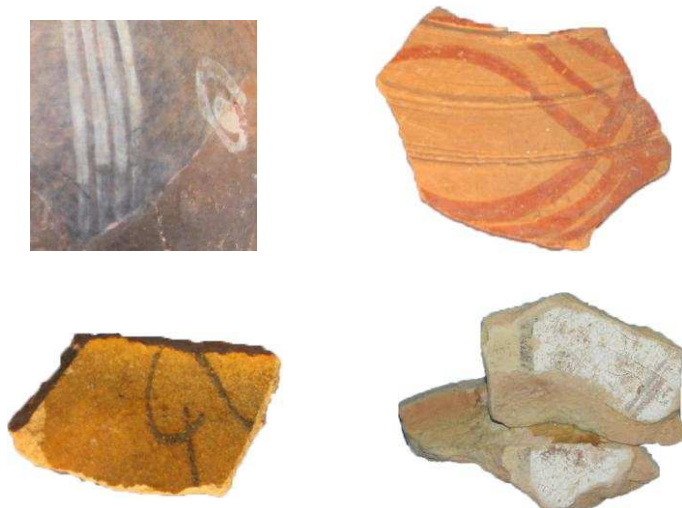


Figura 7: Os vários tipos de decoração (pintura a branco e vermelho, superfícies vidradas e decoradas com óxido de manganês e a técnica da corda seca – Quinta de Castros).

4. Conclusão

Os dados aqui referidos aparecem-nos fragmentados, fruto do rápido desenvolvimento urbano, de trabalhos arqueológicos antigos e todos os problemas que o acompanhamento dos projetos de obra por um arqueólogo levanta.

Precisaríamos de contextos conservados para que os dados acerca da ocupação islâmica pudessem ser mais claros. Fornecendo ritmos de consumo, aculturação, crescimento do núcleo urbano. A instabilidade no período das conquistas cristãs.

Os materiais cerâmicos encontrados apontam para uma semelhança formal e tipológica com outras realidades identificadas nas cidades mais próximas (Lisboa, Santarém, Palmela, Sintra, Alcácer do Sal), fazendo acreditar na existência de uma rede de contactos.

Apesar dessa semelhança, foram identificados regionalismos, como por exemplo a pintura a branco com quatro bandas.

Ao tentar descortinar o quotidiano dessas populações confrontamo-nos com a inexistência de estruturas habitacionais e com ritmos de desenvolvimento urbano que tornam difícil a preservação desses contextos, excepto os que se compõem por silos, reutilizados em épocas posteriores.

Notas:

¹ ARIÉ, R. (1993) – Historia de España: España Musulmana (Siglos VIII-XV). Dir. Manuel Tuñón de Lara. Barcelona: Editorial Labor S.A., p.19.

² Geografia, séc. XII.

³ TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1999) – O Legado Islâmico em Portugal. Lisboa: Fundação Círculo de Leitores, p. 91.

⁴ MACHADO, José P. (2000) – O Topónimo de Almada. Separata de Anais de Almada. n.º 3. Almada: Câmara Municipal, p.8.

⁵ Conquista de Lisboa aos Mouros, Cruzado Osberno, 1147.

⁶ BARROS, Luís (2000b) – Arqueologia urbana em Almada. In 2. Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha. Musealização de um sítio arqueológico – programas e projectos. Almada: Câmara Municipal, p.29.

⁷ MEDINA, J. [et al.] (1999) – História de Portugal. Alfragide. Ediclube: Vol. III, pp. 89-98.

⁸ CORREIA, António (1976) – Almada e a tomada do seu Castelo. Almada: Câmara Municipal.

⁹ FLORES, Alexandre M. (1994) – Almada das origens à elevação da cidade. Almada: Ed. de Autor, 36p; FLORES, Alexandre M.; NABAIS, António J. (1983) –

Os Forais de Almada e o seu termo. I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média. Almada; Seixal: Câmara Municipal, 1983.

¹⁰ BARROS, Luís (2000b) – Arqueologia urbana em Almada. In 2. Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha. Musealização de um sítio arqueológico – programas e projectos. Almada: Câmara Municipal, p. 25.

¹¹ Idem, ibidem pp. 28 e 29.

¹² Idem, ibidem p.35.

¹³ Idem, ibidem, p.35.

¹⁴ SABROSA, A.; SANTOS, V.; GOUVEIA, L. (1996) – «Carta arqueológica de Almada. Elementos de ocupação romana». In Actas das Iª jornadas dos estuários do Tejo e Sado – Ocupação Romana dos estuários do Tejo e Sado. Lisboa: Dom Quixote. P. 116.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 230.

¹⁶ BATALHA, Luísa; PEREIRA; BARROS, Luís (2006) – «Espólio Islâmico da Quinta de Castros» in Anais de Almada. n.ºs 7-8, pp.16 - 18.

¹⁷ GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (1998) – A cerâmica do Gharb Al-Andalus. Portugal Islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo. Lisboa: Ministério da Cultura; Instituto Português do Património e Museu Nacional de Arqueologia, p.121.

¹⁸ ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina (1999) – «Cerâmicas Islâmicas de Santarém». in Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol.2, pp.136-137.

¹⁹ CATARINO, Helena (1997/98) – «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados». 3 vols. Al-Ulyã, Loulé: Arquivo Histórico Municipal, 1997/98, p.807.

²⁰ Idem, ibidem.

²¹ GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (2004) – La Cerámica Islámica de Mértola: Producción y comercio. Tesis doctoral defendida en el Departamento de Historia Medieval de la Universidad Complutense de Madrid. Polic., 2004, p.267.

²² Idem, ibidem. p. 257.

²³ BAZZANA, A. (1979) – Céramiques medievales: les mecodes de la descripcon analytíque appliquées aux producons orientales. In Mélanges de La Casa de Velázquez. Paris, p.153.

²⁴ CATARINO, Helena (1997/98) – «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados». 3 vols, Al-Ulyã, Loulé: Arquivo Histórico Municipal, 1997/98, pp. 807e 832.

²⁵ Idem, ibidem.pp.807 e 841.

²⁶ BUGALHÃO Jacinta; QUEIROZ, P. (2005) – Testemunhos do consumo de frutos no período islâmico em Lisboa. Al-Ándalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia. Mértola: Campo Arqueológico, pp. 152-170; BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, M.J.; GOMES, A.S. (2004) – «Vestígios de produção oleira islâmica no Mandarin Chinês.» in Revista Portuguesa de Arqueologia, Lisboa, vol. 7, n.º 1, pp. 575-643; BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, M.J.; GOMES, A. (2007) – «Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental de Lisboa Islâmica: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês». in Revista Portuguesa de Arqueologia, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, vol. 10. N.º 1, pp. 317-343; BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, D. (2001) – «O Arrabalde Ocidental de Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira», in Arqueologia Medieval, Porto: Edições Afrontamento. n.º 7, pp. 111-145; BUGALHÃO Jacinta; GÓMEZ MARTINEZ, Susana (2003) – «Lisboa:

uma cidade do Mediterrâneo islâmico». Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)». Porto, pp. 237-262; BUGALHÃO, Jacinta [et al] (2003) – «Vestígios de produção oleira islâmica no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa». in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento. 8, pp. 129-191; BUGALHÃO, Jacinta [et al] (2008) – «Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: Conclusões de um projecto de investigação». in *Arqueologia Medieval*, Porto: Edições Afrontamento. 10, pp. 113-134.

²⁷ CALADO, M.; LEITÃO, V. (2005) – «A ocupação islâmica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa)». in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.vol.8. n.º 2, pp. 459-470.

²⁸ AMARO, Clementino (2001) – «Presença Muçulmana no Claustro da Sé Catedral – Três Contextos com cerâmica islâmica». in *Sítios Islâmicos do Sul de Portugal*. Coord. LACERDA, M. [et al.]. Lisboa: IPPAR – Junta de Extremadura, pp. 165- 197.

²⁹ GASPAS, A., GOMES, A. (2001) – «Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de São Jorge». in *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 7, pp 95-102; GASPAS, A.; GOMES, A. (2002) – «O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã». in *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb. 500 – 1500*. Lisboa: Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, pp. 397-404; GASPAS, A.; GOMES, A. (2003) – «Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos», *Património- Estudos*, vol. 4, Lisboa: IPPAR; GOMES, A. [et al.] (2001) – «A Cerâmica pintada de época Medieval da Alcáçova do Castelo de São Jorge». in *Sítios Islâmicos do Sul de Portugal*. Coord. LACERDA, M. [et al.]. Lisboa: IPPAR – Junta de Extremadura, pp. 119-163.

³⁰ COELHO, C. (2000) – «A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra - interpretação comparada)». in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. vol. 3. n.º1. pp. 339-395.

³¹ FERNANDES, 2004.

³² CARVALHO, A.R. (2008) – *Alcácer do Sal no Final do Período Islâmico (séculos XII-XIII): Novos elementos sobre a 1.ª Conquista Portuguesa. Elementos para a História de Alcácer*. 1. Alcácer do Sal: Câmara Municipal.

³³ BANHA, C. M. dos S. (1998) – «As cerâmicas do Alto Senhor da Boa Morte (Povos): estudo preliminar». in *Cira: Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal. n.º 7, pp. 75-109.

Bibliografia

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, D. (2001) – «O Arrabalde Ocidental de Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira». in *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 7, pp. 111-145.

BUGALHÃO Jacinta; GÓMEZ MARTINEZ, Susana (2003) – «Lisboa: uma cidade do Mediterrâneo islâmico». in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Porto, pp. 237-262.

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, M.J.; GOMES, A.S. (2004) – «Vestígios de produção oleira islâmica no Mandarim Chinês – Lisboa». in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: vol. 7. n.º 1, pp. 575-643.

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, M.J.; GOMES, A. (2007) – «Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental de Lisboa Islâmica: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês. Lisboa». in Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. vol. 10. n.º 1, pp. 317-343.

BUGALHÃO Jacinta; QUEIROZ, P. (2005) – Testemunhos do consumo de frutos no período islâmico em Lisboa. Al-Ándalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia. Mértola: Campo Arqueológico, pp. 152-170.

CALADO, M.; LEITÃO, V. (2005) – «A ocupação islâmica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa)». in Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.vol.8. n.º 2, pp. 459-470.

CARVALHO, A.R. (2008) – Alcácer do Sal no Final do Período Islâmico (séculos XII-XIII): Novos elementos sobre a 1.ª Conquista Portuguesa. Elementos para a História de Alcácer. 1. Alcácer do Sal: Câmara Municipal.

CATARINO, Helena (1997/98) – «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados». 3 vols, Al-Ulyã, Loulé: Arquivo Histórico Municipal.

COELHO, C. (2000) – «A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra - interpretação comparada)». in Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. vol.3. n.º1. pp. 339-395.

CORREIA, António (1976) – Almada e a tomada do seu Castelo. Almada: Câmara Municipal.

CORREIA, António (1974) – Subsídios para a história do concelho de Almada. Almada: Câmara Municipal.

FLORES, Alexandre M. (1994) – Almada das Origens à elevação da cidade. Almada.

FLORES, Alexandre M.; NABAIS, António J. (1983) – Os Forais de Almada e o Seu termo. I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média. Almada; Seixal: Câmaras Municipais, 1983.

GASPAR, A., GOMES, A. (2001) – «Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de São Jorge». in Arqueologia Medieval. Porto: Edições Afrontamento. 7, pp. 95-102.

GASPAR, A.; GOMES, A. (2002) – «O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã». Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos: Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb. 500 – 1500. Lisboa: Edições Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 397-404.

GASPAR, A.; GOMES, A. (2003) – «Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos». in Património- Estudos, vol. 4, Lisboa: IPPAR.

GOMES, A. [et al.] (2001) – «A Cerâmica pintada de época Medieval da Alcáçova do Castelo de São Jorge». in Sítios Islâmicos do Sul de Portugal. Coord. LACERDA, M. [et al.]. Lisboa: IPPAR – Junta de Extremadura, pp. 119-163.

GÓMEZ-MARTÍNEZ, S. (1998) – «A cerâmica do Gharb Al-Andalus. Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo». Lisboa: Ministério da Cultura; Instituto Português do Património e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 121-128.

GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (2004) – La Cerámica Islámica de Métoia: Producción y comercio. Tesis doctoral defendida en el Departamento de Historia Medieval de la Universidad Complutense de Madrid. Documento Policopiado.

LEAL, Vanessa Oliveira (2000) – «Rua da Judiaria (Almada), o espólio cerâmico do silo 7». In Al-Madan. II.^a Série, 9. Almada: Centro de Arqueologia, pp. 202 - 205.

MACHADO, José P. (2000) – O Topónimo de Almada. Separata. Anais de Almada. n.º 3. Almada: Câmara Municipal, p. 15.

MEDINA, J. [et al.] (1999) - História de Portugal. Alfragide: Ediclube: vol. III.

SABROSA, A.; SANTOS, V.; GOUVEIA, L. (1996) – «Carta arqueológica de Almada. Elementos de ocupação romana». In Actas das 1.^{as} jornadas dos estuários do Tejo e Sado – Ocupação Romana dos estuários do Tejo e Sado. Lisboa: Dom Quixote. p.225.